



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Política de Educação

HETERONOMIA EDUCACIONAL BRASILEIRA: EXPRESSÕES ATUAIS DA MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

ANTONIO ISRAEL CARLOS DA SILVA¹

CLARA MARTINS DO NASCIMENTO²

RESUMO

Este artigo analisa a atual fase da expansão da educação superior privada brasileira. Recorre às informações sobre o grupo Cogna, obtidas por meio de seus resultados financeiros. Está ancorado no materialismo histórico e dialético, articulando a historicidade da educação superior às discussões sobre as tendências e expressões contemporâneas da mercantilização da educação superior no Brasil.

Palavras-chave: Grupos educacionais privados. Educação superior. Financeirização.

ABSTRACT

This article analyzes the current phase of expansion of Brazilian private higher education. It uses information about the Cogna group, obtained through its financial results. It is anchored in historical and dialectical materialism, articulating the historicity of higher education in discussions about contemporary trends and expressions of the commodification of higher education in Brazil.

Keywords: Private educational groups. Higher education. Financialization.

INTRODUÇÃO

As mais recentes mudanças na educação superior no Brasil, configuram um cenário novo para o ensino privado: neste setor, em relação ao período que corresponde às décadas de 1960 a

¹ Universidade Federal de Pernambuco

² Universidade Federal de Santa Catarina



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

1990 (Neves, 2002) – anteriormente gerenciado por capitalistas individuais e suas famílias – ganha expressividade o desenvolvimento de grandes grupos educacionais, com enorme volume de matrículas e forte interação com os processos de financeirização. Em 2021 os grupos Cogna e Yduqs (anteriormente denominado Estácio Participações S.A.) representavam os dois maiores grupos em termos de matrículas no ensino privado, o Cogna com 800 mil e o Yduqs com 500 matrículas, o que expressava 20% (1.344.000 milhões) do volume total de matrículas na educação superior privada naquele ano, que estava na marca dos 6.523.768 milhões. Esta novidade que insufla o mercado educacional nas primeiras décadas do século XXI vem sendo explicada pelos (as) estudiosos (as) da área, no âmbito do materialismo histórico-dialético, a partir de determinações teóricas que explicam o crescimento da concentração e centralização de capitais na economia capitalista dependente periférica, a entrada e o avanço do capital financeiro na educação e o processo de monopolização do setor educacional privado (LEHER, 2018; SEKI, 2020).

Aqueles grupos educacionais privados também têm representado estratégicos canais de incorporação e adaptação dos discursos internacionalmente divulgados pelos organismos financeiros, numa forte relação com as mudanças legislativas que (des)regulam o ensino privado e que garantem a sangria do fundo público para o empresariado da educação. Os referidos processos legitimaram uma intensificação da mercantilização do ensino, controlada pela lógica das instituições financeiras e dos fundos de investimentos. Com a ampliação do capital financeiro no Brasil, no contexto dos governos do PT, ocorreram as primeiras iniciativas de inserção da educação na Bolsa de Valores. Vejamos como exemplo que a partir de 2007, a Kroton Educacional (atual Cogna³) disponibilizou ações da empresa, por meio do fundo de investimentos Advent Internacional, que passou a controlar com os sócios fundadores.

³ A Cogna é, sem dúvidas, uma das maiores empresas educacionais do Brasil, com atuação no ensino há mais de 70 anos. Nasceu da iniciativa de professores que elaboraram um curso Pré-Vestibular chamado Pitágoras, com sede em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais. Nos anos 2000, o grupo Pitágoras construiu a Faculdade Pitágoras, em parceria com o grupo Apollo Educacional. No contexto de transformação das faculdades e universidades privadas em instituições de direito privado com fins lucrativos, passou a ocorrer processos de fusão e aquisição, o que a marca a entrada da instituição na Bolsa de Valores. Ao realizar uma ampla transformação operacional (com aceleração do investimento em produtos tecnológicos para o ensino e a gestão dos serviços e ampliar seu escopo de atuação) a Kroton tornou-se uma *holding* – uma grande empresa que controla as ações financeiras e de gestão de outros empreendimentos – e passou a chamar-se Cogna. Ocorreu uma divisão institucional por meio da articulação em quatro áreas específicas de investimento: a Kroton Educacional, a qual assume o mesmo nome da antiga companhia e terá como eixo de investimento o ensino superior; a Saber, com foco em cursos de línguas e escolas de ensino básico, das quais a Kroton já era proprietária; a Vasta Educação, com investimento em serviços de gestão para escolas e material didático, com perspectiva de participação em licitações públicas; e a Platos, endereçada na oferta de serviços de gestão para o ensino superior (EXAME, 2019).

No que diz respeito aos fundos de investimentos, estiveram atuando no setor educacional os *private equity* e *de venture capital*⁴, os quais foram decisivos para o processo de concentração e centralização de capitais no ensino superior. Esse aspecto nos permite identificar uma articulação entre capital estrangeiro (dos fundos de investimentos) com o capital interno (das empresas de ensino), revelando uma forma predominante de articulação intercapitalista. Estes grupos educacionais foram se tornando plataformas de valorização de capitais monetários com grande disponibilidade para alocação financeira. A consequência do referido movimento foi a limitação da concorrência entre grupos educacionais de grande porte e pequenas e médias instituições de ensino, por vezes, administradas por famílias.

Este artigo recupera determinações, que, ao nosso ver, explicam o fenômeno em questão. Faz isto, ancorado nas reflexões fomentadas por intelectuais orientados (as) pelo materialismo histórico-dialético nas suas compreensões sobre a dinâmica do capital, do Estado e aspectos das formações sócio-históricas. Para evidenciar o fenômeno da expressiva expansão da educação superior privada no Brasil, utiliza dados coletados a partir de revisão de literatura e pesquisa documental (tais como as informações sobre o grupo educacional Cogna, obtidas por meio dos resultados financeiros da referida instituição e sua agenda de proposições para aumentar a lucratividade). Na estrutura deste texto, nossas sínteses reflexivas são apresentadas articuladas à: 1. A historicidade da educação superior no capitalismo dependente; e, 2. as discussões sobre as tendências e expressões contemporâneas da mercantilização da educação superior no Brasil, especificando a realidade da Kroton, empresa responsável pela educação superior do grupo educacional Cogna.

1 Aspectos históricos da natureza privatista da educação superior no Brasil

A expansão da educação superior privada não se trata de uma problemática que surge no século XXI. É possível identificar que esta discussão foi atravessada por disputas ideológicas desde a reforma universitária de 1968, momento de transformações educacionais contextualizadas pelo avanço da ditadura empresarial-militar. Importantes contribuições teóricas de Florestan Fernandes (2020) analisam a educação para além dos discursos endógenos da expansão em si, e entendem a mediação do capitalismo dependente brasileiro, o lugar do Brasil

⁴ Conforme o site Capital Research (2019), são fundos de investimento que surgem nos Estados Unidos, nos anos 1980, por meio da seguinte lógica: uma empresa gestora compra ações de grupos e companhias com potencial de crescimento no mercado financeiro, com o escopo de participar ativamente da gestão financeira da empresa.

na divisão internacional do trabalho e do conhecimento e as particularidades da gênese e do desenvolvimento da educação superior.

Com recurso às contribuições do pensamento social de Florestan Fernandes (2020) sobre a educação superior brasileira, nos parece interessante identificar a existência do que este autor denomina de “padrão brasileiro de escola superior”, como expressão concreta de características centrais da constituição do ensino, no que concerne ao processo de gênese e desenvolvimento. Tal padrão de educação reproduziu modelos institucionais importados que foram submetidos a um permanente processo de erosão, esvaziamento e utilização unilateral, cujo resultado foi a consolidação de um modelo educacional com características de ultra elitismo, limitações estruturais e relações de dependência educacional no que tange ao ensino e à produção do conhecimento. Este último aspecto nos chama atenção, pois é fundamental movimentarmos nossa análise investigativa para os horizontes da relação entre a formação do capitalismo brasileiro e as implicações educacionais desse processo na constituição de uma educação superior com fortes traços de dependência cultural.

Ao partimos dessa premissa, identificamos a existência da heteronomia cultural e educacional, discutida por Fernandes (2020) com sólida fundamentação teórico-metodológica. O desenvolvimento cultural e educacional brasileiro ocorreu de forma limitada e acionada pela dinâmica de submissão consciente da burguesia brasileira ao lugar de país periférico e dependente na economia capitalista internacional. Demarcamos, então, que a relação entre o padrão compósito de hegemonia burguesa e a educação expressa uma simbiose entre desenvolvimento econômico-social e processos educativos. Vejamos que em *A Revolução Burguesa no Brasil* (2006), o sociólogo acima citado considera que o desenvolvimento capitalista brasileiro assume roupagens particulares em relação ao padrão entendido como “clássico”, engendrado nas economias centrais e hegemônicas.

A integração do Brasil às economias internacionais deu-se a partir da simbiótica articulação entre os interesses da burguesia brasileira, em reproduzir internamente as relações de dominação ideológica e exploração econômica, e as intenções externas imperialistas, que subordinam os países periféricos do ponto de vista econômico, cultural e político, com o escopo de aprofundar a acumulação capitalista no “centro” do mundo. As relações patrimonialistas e o uso autocrático das instituições oligárquicas organizaram-se para viabilizar a articulação das oligarquias com as frações da burguesia em formação, com o sentido de preservação e

intensificação dos privilégios das camadas dominantes, de modo a dimensionar o cenário de amadurecimento do capital ao conjunto de requisições do capitalismo monopolista, em fase de desenvolvimento.

Tais medidas são determinantes para o que Fernandes (2006) sinaliza como um movimento de modernização conservadora no contexto histórico-social. Essa realidade é parte constitutiva de processos produtivos na dinâmica da acumulação, mas também figura os processos de reprodução social da sociabilidade burguesa. Por isso, temos compreendido a questão educacional, como um dilema constituído pela formação histórico-social brasileira. É nesta direção que a heteronomia educacional brasileira (FERNANDES, 2020), como processo relativo às condições e particularidades concretas de emergência e desenvolvimento da educação superior, é uma importante mediação para explicar o fenômeno da sua expansão privada no Brasil. Longe de ser uma página virada no movimento do real, é conduzida às novas engrenagens das necessidades de acumulação de capital, operando a dependência cultural e educacional como medida fulcral para aprofundar um pensamento social hegemônico de restauração da ordem burguesa.

A expansão da educação superior no contexto empresarial-militar esteve diretamente relacionada aos processos econômico-políticos e ideológicos tão presentes na época. O debate sobre a educação superior no ciclo autocrático-burguês, apresentado por Fernandes (1975, 2020), afirma que as transformações operadas na educação superior entre os anos 1960 e 1980 estavam imbuídas da perspectiva de modernização conservadora do capitalismo brasileiro, que, na agenda de desenvolvimento econômico, movia a educação no circuito da divisão internacional do conhecimento. Por suposto, a modernização das relações sociais capitalistas, na periferia do capital, determinou que a educação superior se transformasse com bases em princípios autoritários, hierárquicos e com oportunidades de comercialização das atividades de ensino.

Há componentes efetivamente contraditórios postos na dinâmica expansionista das redes de ensino, especialmente a educação superior. O processo expansionista precisa ser compreendido como expressão concreta da disputa de interesses, no interior da luta de classes, na medida em que atende demandas por ampliação da formação escolarizada, garantindo o direito à educação pública; e, ao mesmo tempo, é produto da necessidade de conformação de um trabalhador de novo tipo, estimulado pela demanda de acomodação ideopolítica de expressivos segmentos das classes trabalhadoras, na preparação desigual de quadros para a manutenção



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

das relações de poder e de formação técnica separada dos objetivos de formação intelectual ampla e generalista.

2 Expressões contemporâneas da mercantilização da educação superior no Brasil

Desde finais dos anos 1990, especificamente, as discussões sobre políticas educacionais vêm destacando as tendências de incorporação da educação à condição de serviço. Nessa esteira, a força hegemônica dos organismos financeiros internacionais assumiu papel decisivo na elaboração de diretrizes privatistas na seara educacional. As diretrizes internacionais do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, UNESCO, dentre outros intelectuais coletivos do capital, disseminaram ideologias de que a educação, como qualquer objeto, poderia ser vendida como mercadoria, e, para tanto, aproveitou-se de um contexto de liberação dos mercados internacionais para a captura de inúmeros direitos sociais sob o julgo da forma serviço privado.

Como o neoliberalismo avança e contorna os mais diversos lugares da sociabilidade, organismos como o Banco Mundial, por exemplo, passam a difundir amplamente o discurso de que a educação seria uma salvaguarda para restauração de questões crônicas e estruturais do capitalismo, como o desemprego e a pobreza, ambos em alta em períodos de forte crise do capital. Uma das consequências do referido discurso foi a ampliação do acesso à educação superior em países de capitalismo dependente⁵, que representou uma forma contraditória de criação do fetiche da “democratização” do acesso à educação, o que, nos termos de Lima (2007), reproduziu uma certificação em larga escala. Para tanto, a mercantilização e a privatização seriam caminhos para expansão da oferta de ensino, constituindo o que a citada autora denominou de uma “burguesia de serviços educacionais”, direcionada ao alcance de grandes lucros.

Em nossa perspectiva, ao serem capturadas por ideologias que difundem o ideário da empregabilidade, segmentos e frações das classes trabalhadoras recorrem à investimentos em processo de escolarização, com o intuito de ampliá-lo. Nesse movimento, acessam as IES privadas e tornam-se consumidores destas, produzindo lucros para a denominada ‘burguesia de serviços educacionais’ (LIMA, 2007). Na realidade brasileira, este processo é marcado por particularidades e tem o Estado como intelectual coletivo que atua na mediação.

⁵ Ao levarmos em consideração que as transformações operadas nas políticas educacionais acompanham traços da formação social de cada país, destacamos que nos países de capitalismo hegemônico, por exemplo, e incentivados pelo Acordo do Bolonha, diversas mudanças passaram a ocorrer na educação. Inclusive, tais mudanças respingaram nas políticas educacionais dos países de capitalismo dependentes, aspectos tratados no próximo item.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Destacamos que diante do processo acima citado ocorreu massiva expansão de vagas na educação superior no século XXI⁶, tanto no ensino superior público, como na educação privada, para os mais variados tipos e modalidades de cursos de graduação (presencial, semipresencial e à distância). Com a eleição dos governos petistas, de Lula da Silva e Dilma Rousseff, a pauta expansionista, tão divulgada pelos organismos financeiros internacionais, ganhou sustentáculo no projeto educacional dos referidos governos, denominados pela literatura especializada, de social-liberais ou neodesenvolvimentistas (Castelo, 2011; Silveira Jr, 2016).

Expansão movida por uma contradição em processo, uma vez que estreitou – num patamar elevado – a relação entre o público e o privado no que concerne às políticas educacionais. Foram elaboradas iniciativas voltadas ao atendimento parcial de demandas das classes trabalhadoras, como nos revelam a expansão do ensino público (acompanhada da dinâmica de interiorização de campi, polos e vagas), a política de acesso via cotas sociais e raciais e a mitigada assistência estudantil; ao passo que o governo Lula e Dilma também estabeleceram consentimento ativo com o capital financeiro e com a construção de iniciativas como a ampliação de recursos públicos para programas de financiamento estudantil como o FIES.

É importante destacar o papel do Estado, como sujeito coletivo decisivo no crescimento do que Mandel (1982) denomina de superlucros e superacumulação de capital. Consoante o autor, a intervenção do Estado pode incidir na organização e dinâmica capitalista em duas dimensões: a) de modo direto, por meio da intervenção estatal em setores básicos (energia, água, matérias-primas fundamentais); com a entrega de tais setores básicos para empresas que formam grandes monopólios; b) de modo indireto, por meio do qual o Estado passa a encomendar e comprar, diretamente dos grupos monopolistas, equipamentos de infraestrutura urbana, transportes, gastos com educação, pesquisa e produção tecnológica (Netto, 2006).

O Estado atuou na construção de mecanismos que permitem a sangria do fundo público no capitalismo dependente, os quais expressam formas de diluição das fronteiras entre o público e o privado para o favorecimento ao setor privatista. De tal modo, os programas governamentais Programa Universidade Para Todos (Prouni) e FIES permitiram o estreitamento da relação entre

⁶ Dados referentes ao ano de 2022, divulgados pelo Inep (2023), nos informam que o Brasil tinha 9.443.597 matrículas na educação superior, dessas apenas 22% (2.076.517) situadas no ensino público e 78% (7.367.080) no ensino privado). Movimento que atesta o avassalador crescimento do setor privado na disputa pelos rumos dos projetos educacionais brasileiros. Também é considerável o volume de matrículas nas IES com fins lucrativos 5.632.748 milhões, isto é 76,45%.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Estado e ensino privado no Brasil. No caso do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)⁷, tem representado historicamente um instrumento de transferência do fundo público para a iniciativa privada, em particular aos grandes grupos educacionais, seus acionistas e “empresários do ensino”.

O referido programa funciona por meio de repasse de títulos da dívida pública para as mantenedoras e IES que aderem ao financiamento estudantil. O auge do FIES ocorreu nos governos do PT, com queda no volume de contratos no contexto pós-golpe de Estado de 2016, com especificidades em sua forma de atuação, o Programa Universidade para Todos (Prouni), que surgiu em 2010, sob a Lei nº 11.096/2005, foi justificado pelo governo como uma estratégia de expansão do ensino superior por meio da ocupação de vagas ociosas no ensino privado. Na especificidade das IES privadas com fins lucrativos, o projeto prevê um montante de isenções de impostos das instituições de ensino superior (IES) e grupos educacionais (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, Contribuição Social sobre Lucro Líquido, Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social e a Contribuição para o Programa de Integração Social).

Conforme abordamos no início do texto, a complexificação da mercantilização do ensino superior operou mudanças significativas no que diz respeito aos novos formatos da oferta de educação; ampliou o volume matrículas no ensino privado presencial e distância, alterou aspectos pedagógicos do trabalho docente e transformou a forma de gerenciamento das instituições, as quais passaram a ser direcionadas pela dinâmica de financeirização. A entrada da educação brasileira na bolsa de valores, a partir de 2007, foi representativa para as mudanças em curso na política educacional do século XXI: a emergência de fortes e grandes conglomerados educacionais administrados por fundos de investimentos internacionais, que utilizam os processos de concentração e centralização como estratégia de ampliação da lucratividade. Resultou desse processo o movimento de monopolização e expansão do capital estrangeiro no ensino superior, com a apropriação de imensa fatia do mercado educacional pelos grandes grupos, como é o caso do Cogna – objeto de estudo deste artigo. Os grandes grupos educacionais expressam plataformas de valorização de capital monetário, com capacidade de alocação de investimentos em inúmeras cidades e estados. Como consequência, ocorreu limitação da concorrência entre os grupos de pequeno e médio porte e os conglomerados.

⁷ O FIES nasce em 1999, ainda sob gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, e tornou-se um programa social de apoio ao ingresso de estudante ao ensino superior privado, assumindo a lógica do financiamento público.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

No escopo do movimento de concentração e centralização de capital, os fluxos de fusão, compra e aquisição representam uma tríade do processo de monopolização. As fusões entre instituições de ensino⁸ tendem a elevar a concentração de matrículas e a uma maior redefinição do ensino privado. Como parte significativa da expansão do mercado educacional, entre 2008-2017 as fusões e aquisições movimentaram 257 operações.

Ao aprofundar discussões sobre o processo de fusão e aquisição, nos termos da crítica da economia política, Seki (2020) afirma que há um movimento de divisão e organização técnica do sistema de concentração e centralização de capitais monetários. Alguns passos são sinalizados nesse interim, tal como o mapeamento de informações preciosas no mercado de ações, que servirão de apoio para avaliar a decisão de fusão ou aquisição. As empresas utilizam como métodos a leitura de relatórios financeiros e planos de investimentos das empresas de ensino, assim como a realização de estudos em consultorias especializadas.

Como produto dessas movimentações, as instituições de maior porte, que dispõe de capital suficiente – desde aquele relativo ao lucro existente e em potencial, ao capital que é resultado dos empréstimos e concessões via financiamento público do Estado – concentraram investimentos, acessaram créditos bancários e garantias patrimoniais, tornando-se hegemônicas no mercado educacional. Esse movimento não ocorreu com muitas instituições confessionais ou comunitárias, ou privadas com fins lucrativos de pequeno porte, o que levou ao endividamento de muitas das IES privadas, assim como as dificuldades de concorrência com as empresas em expansão levaram a um extenso processo de crise e venda de unidades de ensino ou instituições inteiras aos grandes grupos educacionais. De tal modo, os grandes grupos educacionais passam a ampliar estruturas físicas, diversificar cursos, expandir regionalmente e interiorizar unidades de ensino. Tal desenvolvimento é uma das marcas mais expressivas da atual privatização do ensino superior brasileiro.

Conforme abordamos, podemos evidenciar este movimento da mercantilização do ensino superior no Brasil nas informações relacionadas ao Grupo Cogna. No cenário pós-pandemia ocorreu crescimento e lucratividade do grupo educacional Cogna, que ampliou o uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) com a expansão de ensino a distância e cursos semi-presenciais. Neste período, a receita líquida da Kroton, empresa responsável pelo setor de

⁸ Com a fusão com o grupo Anhanguera Educacional, em 2014, a Kroton tornando-se uma das maiores empresas de educação do mundo em termos de valor de mercado e número de alunos – cerca de 1,5 milhões de alunos.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

educação superior da Cogna instituição, esteve no expressivo volume de R\$ 3.346.680 de reais, um aumento de 3,6 % em relação ao ano de 2021 (R\$ 3.229.286) (COGNA, 2022).

Este movimento está diretamente relacionado com as mudanças no gerenciamento científico-tecnológico e a necessidade de redução de custos com estrutura de campus e trabalho docente. O relatório de resultados financeiros do grupo educacional Cogna (2022) é expressivo ao destacar que diante da redução de recursos do FIES, a empresa ampliou a adoção de cursos híbridos e digitais, com expansão de polos e de novos cursos reconhecidos na linguagem do mercado como digitais. Inclusive, tal movimento operou uma forte redução dos campi, em 36%, viabilizando redução dos gastos com infraestrutura. Dados disponibilizados pela empresa mostram que a redução dos custos com professores, infraestrutura, quadros técnicos e serviços em geral, passou de 53,6% para 20,3% em 2018⁹, no ensino presencial; e de 23,5% para 7,1% no EaD, no mesmo período referido. A tabela 1, abaixo, evidencia como a modalidade EaD assumiu protagonismo numa redução acentuada dos gastos.

A nosso ver, alguns elementos determinam as referidas transformações: o EaD tende a reduzir a infraestrutura física e a quantidade de professores, ao substituir, em algumas circunstâncias, a força de trabalho docente pela figura do tutor. Tal processo conecta-se ao fato de que a mudança na composição orgânica do capital tende a expressar dois movimentos constitutivos: a) tendência de redução do trabalho vivo e mudança na forma de assalariamento e contratação de docentes e tutores; b) ampliação do complexo de maquinarias e softwares, que eleva o custo com a aquisição, porém, tende a reproduzir por anos, as aulas, os vídeos e os conteúdos didáticos armazenados em plataformas digitais, aspecto que resulta numa expropriação de conhecimentos e nas condições de trabalho docente.

Tabela 1 - Redução de custo com força de trabalho e serviços terceirizados, Cogna (2012-2018)

Ano	Modalidade	Porcentagem de gastos
2012	Presencial	53,6% (466.937)
	EaD	23,5% (90.901)

⁹ Registramos um desafio metodológico na elaboração de pesquisas sobre o empresariamento da educação, a coleta de dados fornecidos pelo próprio mercado educacional. A busca por atualização de dados, no grupo Cogna, após 2018 nos indicou a ausência de informações precisas sobre a redução de custos com força de trabalho e serviços terceirizados. A nosso ver, o mercado educacional tende a lapidar as informações divulgadas, em conformidade com seus interesses.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

2013	Presencial	43,9% (542.546)
	EaD	23,1% (142.802)
2014	Presencial	27% (698.484)
	EaD	16,8% (166.981)
2015	Presencial	25,3% (984.942)
	EaD	17% (200.995)
2016	Presencial	22,9% (911.666)
	EaD	11,8% (125.202)
2017	Presencial	20,4% (877.584)
	EaD	9,7% (103.929)
2018	Presencial	20,3% (862.929)
	EaD	7,1% (74.929)

Fonte: Elaboração própria, com base em Kroton (2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018).

Importa destacar que o FIES, enquanto grande programa de incentivo à mercantilização da educação, passou um cenário de crise no cenário pós-golpe de Estado de 2016¹⁰. Isto levou a uma forte redução no volume de contratos de diversas instituições, dentre as quais a Kroton. O FIES, ao final de 2019, representou apenas 19% do total de lucro do grupo Cogna (Kroton, 2019). Em nossa interpretação, na medida em que a crise de legitimidade do Estado burguês é aprofundada, ocorreu forte redução do gasto social público, assim como aprofunda-se a redução do repasse público para o ensino privado, no mesmo volume que dispunha antes do governo de Jair Bolsonaro, movimento que levou as instituições de ensino privadas e, especialmente, aos grandes grupos, a mobilização e aceleração da incorporação de tecnologias da informação e comunicação (TICs).

Isso não significa que o Estado tenha deixado de contribuir para o fortalecimento do ensino privado, incidindo pela sua mediação sociopolítica e com o potencial do fundo público para a mercantilização, e sim que o Estado operou, naquele contexto, outras formas de viabilização de vantagens para o ensino privado, como por exemplo a ampliação de 20% para 40% do percentual

¹⁰ Sobre o debate do golpe midiático, jurídico e parlamentar, conferir o texto de Braz (2017).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de carga horária possível para a introdução do EaD na graduação presencial, a liberalização do EaD e atividades 100% on-line sem uma maior fiscalização e uma abertura legislativa que se coloca disponível para as pressões dos aparelhos privados de hegemonia do mercado educacional.

Na esteira do movimento de constituição de uma gestão “eficiente” e com “qualidade total”, alguns processos são desenvolvidos na dinâmica de monopolização e fortalecimento empresarial dos grupos educacionais. São mudanças operadas pelo padrão de intervenção da assim chamada “gestão corporativa” dos negócios educacionais. Com referência na contribuição de Granemann (2006), compreendemos que o processo de concentração e centralização de capitais e a interpenetração de capitais (industrial, financeiro e comercial), repercutem em mudanças nos mecanismos de gestão das empresas capitalistas, de modo que a reprodução ampliada do capital e a monopolização vão exigir um novo formato de gerenciamento científico-tecnológico e renovação dos quadros técnicos das corporações, aspecto que se expressa na indústria e nos serviços.

Uma consequência desse processo é a adequação do ensino à forma mercadoria, assumindo características que lhes são constitutivas, no caso específico da educação, com a redução de custo das operações das instituições, modelos flexíveis de ensino, redução do preço das mensalidades, ampliação do público a um perfil de trabalhadores que pode ajustar seu tempo de vida e estudo ao tipo de ensino ofertado.

Ao passo que o processo em tela assume força material, com a ampliação da mercantilização e utilização da educação como ativo na Bolsa de Valores, o movimento que poderíamos denominar de *Eadtização* expressa um conteúdo ideológico. Vinculado à promessa da empregabilidade, busca um consentimento ativo das classes trabalhadoras aos projetos expansionistas da educação. O referido consentimento assume centralidade no contexto de inseguranças no mercado de trabalho, diante do quadro de desemprego e de desregulamentação das legislações de proteção ao trabalho, como é o caso da reforma trabalhista de 2017. Sobre essa dimensão, consideramos importante destacar o ensaio de Lima (2024), que, ao problematizar a natureza histórica da educação superior brasileira e referenciar-se nas contribuições teóricas de Florestan Fernandes, considera que os processos de gênese e desenvolvimento da educação superior são marcados por uma intolerância quanto ao acesso de expressivas frações das classes trabalhadoras, especialmente a parcela de trabalhadores/as



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

negros/as. Tal processo resultou numa histórica desigualdade social e racial no movimento de ampliação do acesso à educação superior pública, a despeito das políticas de cotas sociais e raciais nas universidades e institutos federais, nas duas primeiras décadas do século XXI. Diante desse contexto, há uma tendência das IES privadas capturarem as demandas por ampliação da escolarização de segmentos que não logram o acesso à educação superior pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho, buscamos evidenciar as expressões contemporâneas da heteronomia educacional brasileira, discutida por Florestan Fernandes (1975) como um processo relacionado às condições e particularidades concretas de emergência e desenvolvimento da educação superior no capitalismo dependente, longe de ser uma página virada, é conduzida às novas engrenagens diante da reprodução do capital. A força do imperialismo e a internacionalização das relações econômicas contemporâneas reestabelece as relações de dependência entre os países, atingindo brutalmente a esfera da reprodução social das classes e a educação superior.

Conforme identificamos, são conduzidas novas formas de racionalização da mercantilização, por meio do crescimento de grupos educacionais que se constituem monopólios do ensino. A monopolização da educação tende a aprofundar a educação como um nicho de mercado, ampliando vagas, diversificando os serviços educacionais prestados e reduzindo a autonomia intelectual e pedagógica da força de trabalho docente nos grupos educacionais de grande porte.

REFERÊNCIAS

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017

BRETTAS, Tatiana. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. **Temporalis**, Brasília, v. 17, n. 34, p. 53-76, 2017.

CASTELO, Rodrigo. **O Social-liberalismo**: uma ideologia neoliberal para a “questão social” no século XXI. 2011. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2011.

CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização e efeitos econômicos e políticos. *In*: CHESNAIS, F. **A finança mundializada**: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo. 2005. p. 35-67.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

CASTELO, Rodrigo. **O Social-liberalismo: uma ideologia neoliberal para a “questão social” no século XXI**. 2011. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2011.

CAPITAL RESEARCH. Private equity: o que é e como funcionam esses fundos. Capital Now, [S. l.], 16 out. 2019. Disponível em: <https://www.capitalresearch.com.br/blog/investimentos/private-equity/>. Acesso em: 6 jan 2021.

COGNA. Release de resultados. Disponível em: <https://ri.cogna.com.br/>. Acesso em: jun. 2024.

EXAME. Kroton passa a se chamar Cogna e divide grupo em quatro marcas. *Exame*, [S. l.], 7 out. 2019. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/kroton-passa-a-se-chamar-cogna-e-divide-grupo-em-quatro-marcas/>. Acesso em: 4 out. 2019.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, Florestan. **A universidade brasileira**: reforma ou revolução? São Paulo: Expressão Popular, 2020.

GRANEMANN, Sara. **Para uma interpretação marxista da previdência privada**. 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Sinopse estatística da educação superior 2019**. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 8 jan 2020.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

LÊNIN, Vladimir. **O imperialismo**: etapa superior do capitalismo. Campinas: Navegando, 2011.

LIMA, kátia. Desigualdades sociais e raciais na educação superior Brasileira. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 24, n. 47, p. 69-85, jan./jun.2024.

LIMA, Kátia. **Contra-reforma na educação superior**: de FHC a Lula. São Paulo: Xamã, 2007.

LEHER, Roberto. **Universidade e heteronomia cultural no capitalismo dependente**: um estudo a partir de Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MÉSZÁROS, Istvan. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **O empresariamento da educação**: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2002.

NETTO, José. Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

KROTON EDUCACIONAL. **Release de resultados trimestrais 2012**. Belo Horizonte: Kroton Educacional, 2012. Disponível em: <https://ri.cogna.com.br/servicos/arquivos/>. Acesso em: 5 jan. 2021.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

KROTON EDUCACIONAL. **Release de resultados trimestrais 2013**. Belo Horizonte: Kroton Educacional, 2013. Disponível em: <https://ri.cogna.com.br/servicos/arquivos/>. Acesso em: 5 jan. 2021.

KROTON EDUCACIONAL. **Release de resultados financeiros 2014**. Belo Horizonte: Kroton Educacional, 2014. Disponível em: [https://mz-filemanager.s3.amazonaws.com/e1110a12-6e58-4cb0-be24-ed1d5f18049a/release-de-resultados-trimestrais/8bf73c049b1913974a5515b0e81ceba00224f08e754b3963b951c48b516f2829/release de resultados trimestrais.pdf](https://mz-filemanager.s3.amazonaws.com/e1110a12-6e58-4cb0-be24-ed1d5f18049a/release-de-resultados-trimestrais/8bf73c049b1913974a5515b0e81ceba00224f08e754b3963b951c48b516f2829/release%20de%20resultados%20trimestrais.pdf). Acesso em: 5 jan. 2021.

KROTON EDUCACIONAL. **Relatório de sustentabilidade 2015**. Belo Horizonte: Kroton Educacional, 2015. Disponível em: https://cm-cls-content.s3.amazonaws.com/DESEN_WEBLAULA/SUSTENTABILIDADE/index.html. Acesso em: 13 mar. 2020.

KROTON EDUCACIONAL. **Release de resultados financeiros 2015**. Belo Horizonte: Kroton Educacional, 2015. Disponível em: <https://ri.cogna.com.br/servicos/arquivos/>. Acesso em: 5 jan. 2021.

KROTON EDUCACIONAL. **Relatório de sustentabilidade 2016**. Belo Horizonte: Kroton Educacional, 2016. Disponível em: https://cm-cls-content.s3.amazonaws.com/DESEN_WEBLAULA/SUSTENTABILIDADE/index.html. Acesso em: 13 mar. 2020.

KROTON EDUCACIONAL. **Release de resultados financeiros 2016**. Belo Horizonte: Kroton Educacional, 2016. Disponível em: <https://ri.cogna.com.br/servicos/arquivos/>. Acesso em: 5 jan. 2021.

KROTON EDUCACIONAL. Kroton: transforme seu futuro. **Kroton Educacional**, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <https://www.kroton.com.br/>. Acesso em: 6 abr. 2017.

KROTON EDUCACIONAL. **Relatório de sustentabilidade 2017**. Belo Horizonte: Kroton Educacional, 2017. Disponível em: https://cm-cls-content.s3.amazonaws.com/DESEN_WEBLAULA/SUSTENTABILIDADE/index.html. Acesso em: 13 mar. 2020.

KROTON EDUCACIONAL. **Release de resultados financeiros 2017**. Belo Horizonte: Kroton Educacional, 2017. Disponível em: <https://ri.cogna.com.br/servicos/arquivos/>. Acesso em: 5 jan. 2021.

KROTON EDUCACIONAL. **Release de resultados financeiros 2018**. Belo Horizonte: Kroton Educacional, 2018. Disponível em: <https://ri.cogna.com.br/servicos/arquivos/>. Acesso em: 5 jan. 2021.

KROTON EDUCACIONAL. **Relatório de sustentabilidade 2018**. Belo Horizonte: Kroton Educacional, 2018. Disponível em: https://cm-cls-content.s3.amazonaws.com/DESEN_WEBLAULA/SUSTENTABILIDADE/index.html. Acesso em: 13 mar. 2020.

KROTON EDUCACIONAL. **Release de resultados financeiros 2019**. Belo Horizonte: Kroton Educacional, 2019. Disponível em: <https://ri.cogna.com.br/servicos/arquivos/>. Acesso em: 5 jan. 2021.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICOS (OCDE).
Análise de políticas educacionais. Paris: OCDE, 1998. Disponível em:
<http://www.oecd.org/education/innovation-education/20946947.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2021.

SEKI, Allan. **Determinações do capital financeiro no ensino superior:** fundo público, regulamentações e formação de oligopólios no Brasil (1990-2018). 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

SILVEIRA JUNIOR, Adilson Aquino. **A assistência social e as ideologias do social-liberalismo:** tendências político-pedagógicas para a formação dos trabalhadores do SUAS. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.